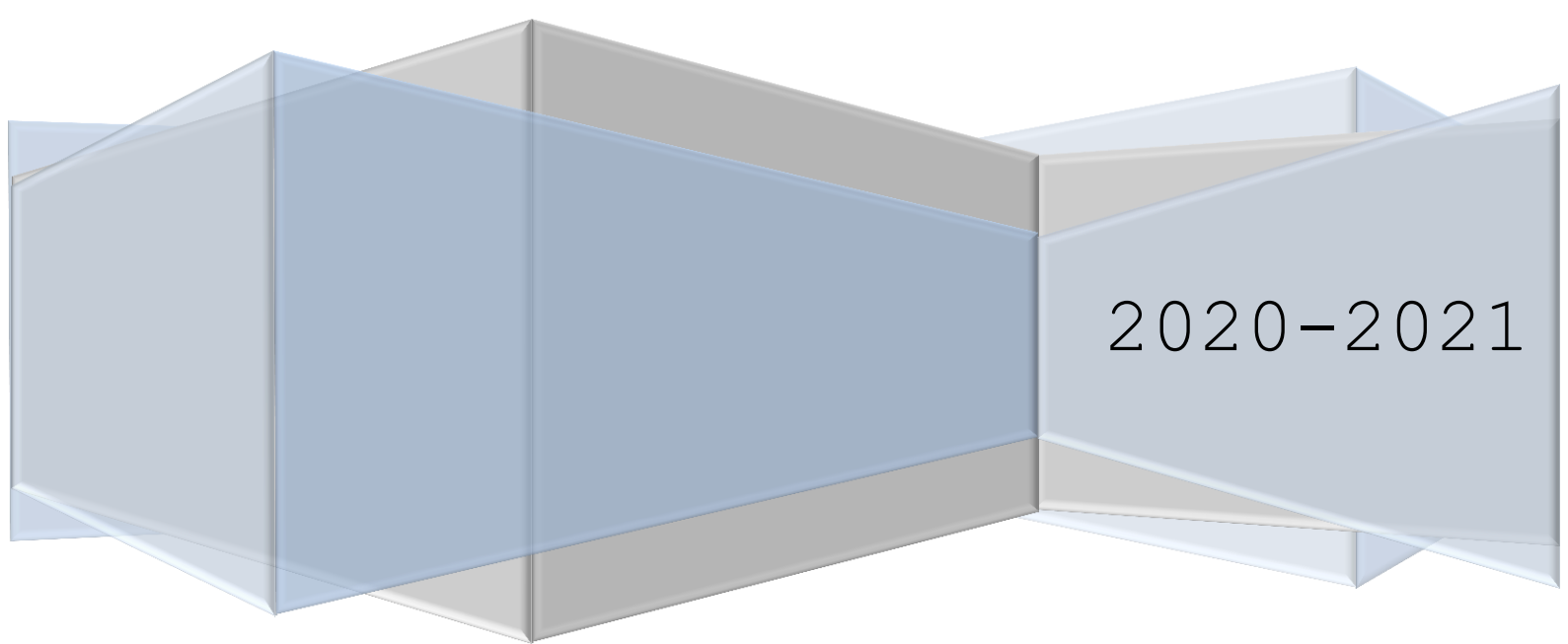


Plano Estratégico Setorial da Secretaria Judiciária (SJU)



2020-2021

CONTROLE DE VERSÕES:

VERSÃO	DATA	REVISÕES
1	Dezembro/2019	Instituída pela Instrução Normativa n.º 1/2020.
2	Setembro/2021	• Atualização da composição do Órgão; • Fusão dos indicadores <i>i1 Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional</i> e <i>i3 Número de iniciativas propostas com foco na excelência do atendimento</i>, passando a chamar-se <i>i1 Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional, com foco na excelência do atendimento</i>; • Fusão dos indicadores <i>i6 Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU internamente e para as outras unidades do Tribunal</i> e <i>i7 Número de iniciativas que possibilitem o compartilhamento de melhores práticas</i>, passando a chamar-se <i>i6 Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU internamente e para as outras unidades do Tribunal, permitindo o compartilhamento de melhores práticas</i>.
3	Outubro/2021	• Majoração das metas do <i>i1 Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional, com foco na excelência do atendimento</i> e do <i>i6 Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU internamente e para as outras unidades do Tribunal, permitindo o compartilhamento de melhores práticas</i>, de 3 para 5 ações anuais.

ANEXO I

**Desdobramento da Estratégia
Secretaria Judiciária**

**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
2020-2021**

Salvador - BA
Dezembro/2019

Versão 3: Outubro/2021

COMPOSIÇÃO DA CORTE
(1ª Versão – Instituição do PES SJU)

EDMILSON JATAHY FONSECA JÚNIOR
Presidente do TRE-BA

JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

PATRÍCIA CERQUEIRA KERTZMAN SZPORER
Juíza

FREDDY CARVALHO PITTA LIMA
Juiz-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral

ANTÔNIO OSWALDO SCARPA
Juiz Ouvidor

DIEGO LUIZ LIMA DE CASTRO
Juiz

JOSÉ BATISTA SANTANA JÚNIOR
Juiz

CLÁUDIO ALBERTO GUSMÃO CUNHA
Procurador Regional Eleitoral

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL

(1ª Versão – Instituição do PES SJU)

RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA

Diretor-Geral

MAURÍCIO NEVES RABELLO DO AMARAL

Secretário de Planejamento de Estratégia e de Eleições

VICTOR ARAÚJO MESQUITA XAVIER

Secretário Especial da Presidência

ANTÔNIO MOISÉS ALMEIDA BRAGA

Secretário de Gestão Administrativa e de Serviços

ROBELZA OLIVEIRA SANTOS ROCHA

Secretária de Gestão de Pessoas

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA

Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

LUCIANA MARIA FREITAS FONSECA

Secretária de Tecnologia da Informação

MARTA MARIA BARREIROS GAVAZZA DE BRANDÃO LIMA

Secretária Judiciária

RONALDO DA SILVA MOURA

Secretário da Corregedoria Regional Eleitoral

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

(1ª Versão – Instituição do PES SJU)

MARTA MARIA BARREIROS GAVAZZA DE BRANDÃO LIMA

Secretaria Judiciária

JOSÊNIOEL BASTOS PINTO

Coordenadoria de Processamento

RICARDO LEITE MENEZES

Coordenadoria de Autuação, Registros Processuais e Partidários

EQUIPE DO PROJETO DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

(1ª Versão – Instituição do PES SJU)

PATROCINADOR DO PROJETO

MAURÍCIO NEVES RABELLO DO AMARAL

Secretário de Planejamento de Estratégia e de Eleições

GERENTE DO PROJETO

BENJAMIN BATISTA DE MACEDO NETO

Seção de Planejamento Estratégico

EQUIPE DO PROJETO

CARLA SARAIVA JUCÁ

Seção de Planejamento Estratégico

DANIELA BRANDÃO CARDOSO

Seção de Planejamento Estratégico

COMPOSIÇÃO DA CORTE
(2ª e 3ª Versões – Revisão do PES SJU)

ROBERTO MAYNARD FRANK

Desembargador Presidente

MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

FREDDY CARVALHO PITTA LIMA

Desembargador Eleitoral

ZANDRA ANUNCIAÇÃO ALVAREZ PARADA

Desembargadora Eleitoral

ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES

Desembargador Eleitoral

HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE

Desembargador Eleitoral

VICENTE OLIVA BURATTO

Desembargador Eleitoral

CLÁUDIO ALBERTO GUSMÃO CUNHA

Procurador Regional Eleitoral

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL
(2ª e 3ª Versões – Revisão do PES SJU)

RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA
Diretoria-Geral

MARIA THAÍS PINHEIRO HABIB
Secretária Geral da Presidência

VICTOR ARAÚJO MESQUITA XAVIER
Secretário de Planejamento de Estratégia e de Eleições

HERCÍLIA BOAVENTURA BARROS
Secretária Judiciária Eleitoral Remota do 1º Grau de Jurisdição

YURI CARPES ROSSETO
Secretário da Corregedoria Regional Eleitoral

MARTA MARIA BARREIROS GAVAZZA DE BRANDÃO LIMA
Secretária Judiciária

ANTÔNIO MOISÉS ALMEIDA BRAGA
Secretário de Gestão Administrativa e de Serviços

LUCIANA MARIA FREITAS FONSECA
Secretária de Gestão de Pessoas

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE
Secretária de Tecnologia da Informação

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA
(2ª e 3ª Versões – Revisão do PES SJU)

MARTA MARIA BARREIROS GAVAZZA DE BRANDÃO LIMA
Secretaria Judiciária

JOSÊNIOEL BASTOS PINTO
Coordenadoria de Processamento

RICARDO LEITE MENEZES
Coordenadoria de Autuação, Registros Processuais e Partidários

**COMPOSIÇÃO DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**
(2ª e 3ª Versões – Revisão do PES SJU)

BENJAMIN BATISTA DE MACEDO NETO
Chefe da Seção de Planejamento Estratégico

DÉBORA SANTOS CONCEIÇÃO

PAULO JORGE FERREIRA BELO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Judiciária (SJU) do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) apresenta o Plano Estratégico Setorial 2020-2021 (SEI 0051485-87.2019.6.05.8000), documento desdobrado do Planejamento Estratégico Institucional do TRE-BA (PEI) 2016-2021, instituído pela Resolução nº 14, de 14 de dezembro de 2015. Este documento visa a estabelecer e acompanhar as ações e iniciativas da SJU com vistas a prestar um atendimento de excelência ao público, colaborar para o combate à corrupção e à improbidade administrativa e para uma prestação jurisdicional efetiva e ágil, apromorar a efetividade da comunicação intra e interunidades e fomentar a adoção de boas práticas de gestão, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.

2. METODOLOGIA

O Desdobramento da Estratégia¹ compõe o rol de projetos estratégicos do TRE-BA e está associado ao objetivo estratégico *Assegurar a adoção de boas práticas de gestão*. A ação objetiva levantar informações que possam subsidiar proposições de objetivos, indicadores e iniciativas setoriais que contribuam com os objetivos estratégicos institucionais promovendo o alinhamento nas Secretarias, Coordenadorias não vinculadas a Secretarias e Zonas Eleitorais do TRE-BA, de modo que as unidades possam visualizar claramente sua contribuição para a Estratégia Institucional e atuar em sintonia com os resultados desejados. O alinhamento organizacional é, portanto, imprescindível para melhoramento da consciência estratégica, o aumento na eficiência dos processos e a definição de prioridades.

No âmbito do TRE-BA, o desdobramento da Estratégia está sendo realizado de maneira participativa. Assim, para o desenvolvimento dos trabalhos, o projeto prevê a realização de pesquisa interna, por meio de **questionário online**, para captar as percepções dos servidores acerca da contribuição da unidade em processo de desdobramento. São realizadas, ainda, **entrevistas** com os gestores da área (Coordenadores e Secretários), com o objetivo de assimilar as percepções dos entrevistados sobre a contribuição da unidade para a realização da missão e alcance da visão de futuro do TRE-BA, bem como os principais desafios a serem enfrentados pela área.

Paralelamente, são mapeadas as principais diretrizes e orientações dos órgãos de controle externo (TCU, CNJ, TSE), relevantes para o desdobramento da estratégia, bem como as recomendações internas provenientes, principalmente, da Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD). Dessa forma, são pesquisados os direcionadores internos e externos que impactam o planejamento das unidades para o alinhamento da Estratégia.

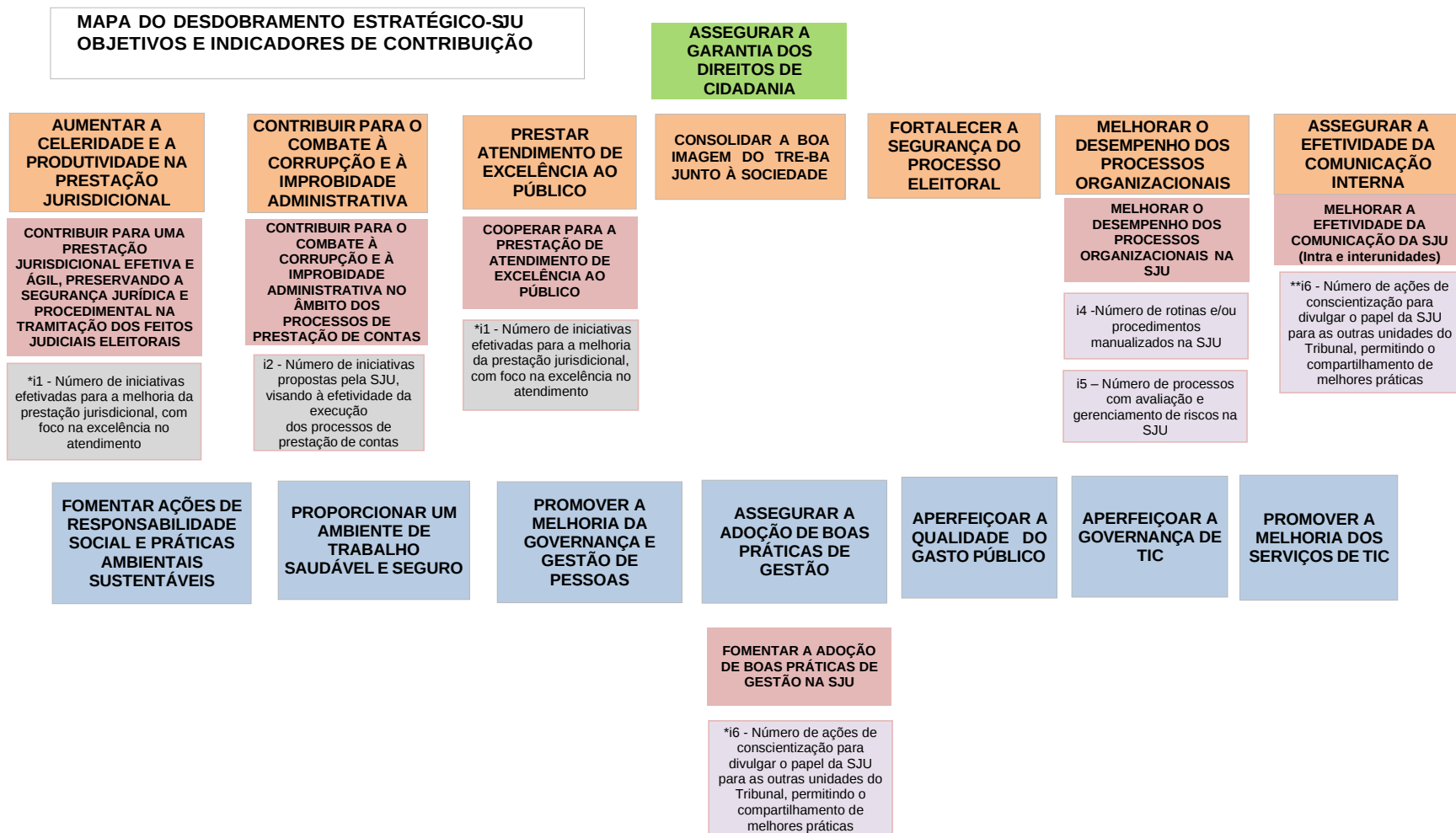
Na sequência, os dados obtidos são trabalhados em uma **oficina** presencial, na qual se fazem presentes gestores e servidores da área para debater proposição de objetivos de contribuição e indicadores.

¹Para que a corporação agregue valor ao seu conjunto de unidades finalistas e de apoio, ela precisa alinhar essas unidades para criar sinergia. Esse é o coração da estratégia organizacional, definir como a corporação agrega valor. (KAPLAN e NORTON, 2006).

Em seguida, em reuniões com os gestores, são definidas metas e iniciativas para cada indicador criado, concebendo, assim, de forma participativa, o desdobramento da estratégia na Unidade. A COPEG, então, consolida o Painel de Contribuição e elabora as fichas dos indicadores setoriais, os quais são homologados pelo Secretário (a) da área e pela Alta Administração.

Por fim, a COPEG constrói o Plano Estratégico Setorial da unidade e apresenta aos gestores envolvidos a sistemática de monitoramento, explanada em Manual desenvolvido pela COPEG/SEPLANE.

3. MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA



* O indicador i1 contribui para os objetivos estratégicos Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdiccional e Prestar atendimento de excelência ao público

** O indicador i6 contribui para os objetivos estratégicos Assegurar a efetividade da comunicação interna e Assegurar a adoção de boas práticas de gestão.

O Plano Estratégico Setorial da SJU encontra-se alinhado ao PEI do TRE-BA 2016-2021, por meio dos seguintes Objetivos Estratégicos:

3.1 QUANTO ÀS PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS E APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO DE CONTRIBUIÇÃO	INDICADORES
Aumentar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Contribuir para uma prestação jurisdicional efetiva e ágil, resguardando a regularidade procedimental na tramitação dos feitos judiciais eleitorais	Garantir, no âmbito da SJU, a tramitação célere e efetiva dos feitos judiciais eleitorais, resguardando sua regularidade procedimental e aprimorando as práticas de monitoramento do acervo processual em trâmite na Corte, com foco nas Metas Nacionais e nos indicadores de desempenho do Tribunal	Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional, com foco na excelência do atendimento
Prestar atendimento de excelência ao público	Cooperar para a prestação de atendimento de excelência ao público	Contribuir para a prestação de um serviço de excelência aos clientes da Justiça Eleitoral baiana, no que toca ao acesso à Justiça e ao processamento dos feitos eleitorais	
Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa	Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa no âmbito dos processos de prestação de contas	Propor iniciativas e executar ações, no âmbito da competência da Secretaria, com o propósito de conferir maior efetividade às decisões proferidas nos processos de prestação de contas que envolvam valores a serem restituídos ao Tesouro Nacional, com o aperfeiçoamento dos procedimentos relacionados à fase executória, abrangendo magistrados de 2º grau na consecução de atos de execução	Número de iniciativas propostas pela SJU, visando à efetividade da execução dos processos de prestação de contas

Melhorar o desempenho dos processos organizacionais	Melhorar o desempenho dos processos organizacionais na SJU	Aprimorar o fluxo de processo de trabalho para simplificá-lo e aperfeiçoá-lo por meio da padronização, manualização e gerenciamento de riscos, evitando, assim, o retrabalho e garantindo a rapidez no serviço	Número de rotinas e/ou procedimentos manualizados na SJU
			Número de processos com avaliação e gerenciamento de riscos na SJU
Assegurar a efetividade da comunicação interna	Melhorar a efetividade da comunicação da SJU (intra e interunidades)	Divulgar as atividades, projetos e ações da SJU às diversas unidades do Tribunal, com o objetivo de facilitar a comunicação entre as áreas e dar visibilidade às atividades da Secretaria	Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU internamente e para as outras unidades do Tribunal, permitindo o compartilhamento de melhores práticas
Assegurar a adoção de boas práticas de gestão	Fomentar a adoção de boas práticas de gestão na SJU	Adotar práticas que propiciem a melhoria da gestão dos processos de trabalho, de ferramentas de planejamento e de projetos, compartilhando as boas práticas interna e externamente	

3.2 INDICADORES, METAS E INICIATIVAS

OBJETIVO DE CONTRIBUIÇÃO	INDICADORES	META	INICIATIVAS
Contribuir para uma prestação jurisdicional efetiva e ágil, resguardando a regularidade procedimental na tramitação dos feitos judiciais eleitorais	Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional, com foco na excelência do atendimento	Propor 5 (cinco) iniciativas anuais para a melhoria da prestação jurisdicional do TRE-BA, com foco na excelência do atendimento.	• Aprimorar práticas utilizadas pela Secretaria para monitoramento do acervo do Tribunal e sugerir o aperfeiçoamento/desenvolvimento de ferramentas de TI nesse sentido. • Propor a realização de reuniões com os membros da Corte para apresentação de resultados e de planos de ação para cumprimento das metas. • Concluir o projeto Justiça em Dia 2º Grau na data prevista (30/11/2019), tornando rotineiras suas entregas. • Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional
Cooperar para prestação de atendimento de excelência ao público			
Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa no âmbito dos processos de prestação de contas	Número de iniciativas propostas pela SJU, visando à efetividade da execução dos processos de prestação de contas	Propor 3 (três) iniciativas para contribuir com a efetividade da execução dos processos de prestação de contas até 2021.	• Propor edição de normativos para disciplinar a matéria • Sugerir medidas para aprimorar os procedimentos relacionados à fase de execução das prestações de contas (ex: parcerias BacenJud e outros órgãos) • Disseminar o conhecimento adquirido sobre o tema entre magistrados de 2º grau e respectivos assessores

Melhorar o desempenho dos processos organizacionais na SJU	Número de rotinas e/ou procedimentos manualizados na SJU	Mapear e manualizar um processo da SJU por ano, até 2021.	• Mapear procedimentos • Elaborar passo a passo • Compilar normas e modelos • Criar rotinas de controle de processos • Propor capacitação em mapeamento de processos
	Número de processos com avaliação e gerenciamento de riscos na SJU	Avaliar e gerenciar os riscos em um processo da SJU por ano, até 2021	
Melhorar a efetividade da comunicação da SJU (intra e interunidades)	Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU internamente e para as outras unidades do Tribunal, permitindo o compartilhamento de melhores práticas	Realizar 5 (cinco) ações anuais para melhorar a comunicação interna da SJU e com as demais unidades do TRE-BA, permitindo o compartilhamento de melhores práticas.	• Elaborar, em parceria com a ASCOM, vídeos curtos e matérias de divulgação (intranet e internet) • Multiplicar o conhecimento dentro da SJU (oficinas internas) • Elaborar catálogo de serviços da SJU • Promover reuniões periódicas com gabinetes de juízes e ASCEP para alinhar procedimentos • Promover reuniões periódicas entre as Coordenadorias e dentro das próprias seções; • Realizar <i>benchmarking</i> com Secretarias Judiciárias de outros Tribunais
Fomentar a adoção de boas práticas de gestão na SJU			

É importante esclarecer que as iniciativas são construídas pela COPEG, em conjunto com os gestores da unidade desdobrada, porém, não possuem um caráter vinculativo, pois entendemos que as ações podem variar conforme as circunstâncias e a unidade possui autonomia para adaptar suas iniciativas, com vistas ao atingimento das metas.

4. LISTA DOS INDICADORES SETORIAIS*

Nº	Indicador
i1	Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional, com foco na excelência do atendimento
i2	Número de iniciativas propostas pela SJU, visando à efetividade da execução dos processos de prestação de contas
i4	Número de rotinas e/ou procedimentos manualizados na SJU
i5	Número de processos com avaliação e gerenciamento de riscos na SJU
i6	Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU internamente e para as outras unidades do Tribunal, permitindo o compartilhamento de melhores práticas

* A partir da versão 2 do PES da SJU:

- O indicador *i3 Número de iniciativas propostas com foco na excelência do atendimento* foi absorvido pelo indicador 1, que passou a chamar-se *i1 Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional, com foco na excelência do atendimento*;

- O indicador *i7 Número de iniciativas que possibilitem o compartilhamento de melhores práticas* foi absorvido pelo indicador 6, que passou a chamar-se *i6 Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU internamente e para as outras unidades do Tribunal, permitindo o compartilhamento de melhores práticas*.

Ficha detalhada do indicador setorial



INDICADOR i1: Número de iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional, com foco na excelência do atendimento	
Objetivos Estratégicos: Aumentar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e Prestar atendimento de excelência ao público. Objetivos de Contribuição: Contribuir para uma prestação jurisdicional efetiva e ágil, resguardando a regularidade procedimental na tramitação dos feitos judiciais eleitorais e Cooperar para a prestação de atendimento de excelência ao público	Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS
O que mede	
Para que medir	Iniciativas efetivadas para a melhoria da prestação jurisdicional, com foco na excelência do atendimento
Quem mede	Melhorar o desempenho dos processos organizacionais na SJU e cooperar para a prestação de atendimento de excelência ao público
Quando medir	Secretaria Judiciária – SJU.
Onde medir	Quadrimestralmente, até 2021.
Como medir	Planilhas, correio eletrônico, ata de reunião, Processo Administrativo Digital (PAD) e/ou outros controles criados pela unidade.
Situação inicial	Quantidade de ações e iniciativas efetivadas.
Meta	Não mensurado.
	Propor 5 (cinco) iniciativas anuais para a melhoria da prestação jurisdicional do TRE-BA, com foco na excelência do atendimento.

Ficha detalhada do indicador setorial



INDICADOR i2: Número de iniciativas propostas pela SJU, visando à efetividade da execução dos processos de prestação de contas.	
Objetivo Estratégico: Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa.	Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS
Objetivo de Contribuição: Número de iniciativas propostas pela SJU, visando à efetividade da execução dos processos de prestação de contas.	
O que mede	Iniciativas propostas visando à efetividade da execução dos processos de prestação de contas.
Para que medir	Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa no âmbito dos processos de prestação de contas.
Quem mede	Secretaria Judiciária – SJU.
Quando medir	Quadrimestralmente, até 2021.
Onde medir	Planilhas, correio eletrônico, ata de reunião, Processo Administrativo Digital (PAD) e/ou outros controles criados pela unidade.
Como medir	Quantidade de iniciativas propostas.
Situação inicial	Não mensurado.
Meta	Propor 3 (três) iniciativas para contribuir com a efetividade da execução dos processos de prestação de contas, até 2021.

Ficha detalhada do indicador setorial



INDICADOR i4: Número de rotinas e/ou procedimentos manualizados na SJU.		
Objetivo Estratégico: Melhorar o desempenho dos processos organizacionais		Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS
Objetivo de Contribuição: Melhorar o desempenho dos processos organizacionais na SJU.		
O que mede	Número de processos mapeados e manualizados na SJU.	
Para que medir	Melhorar o desempenho dos processos organizacionais na SJU.	
Quem mede	Secretaria Judiciária – SJU.	
Quando medir	Quadrimestralmente, até 2021.	
Onde medir	Processo Administrativo Digital (PAD), planilhas e/ou outros controles criados pela unidade.	
Como medir	Quantidade de processos mapeados e manualizados.	
Situação inicial	Não mensurado.	
Meta	Mapear e manualizar um processo da SJU por ano, até 2021.	

Ficha detalhada do indicador setorial



INDICADOR i5: Número de processos com avaliação e gerenciamento de riscos na SJU.		
Objetivo Estratégico: Melhorar o desempenho dos processos organizacionais.		Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS
Objetivo de Contribuição: Melhorar o desempenho dos processos organizacionais na SJU.		
O que mede	Número de processos com avaliação e gerenciamento de riscos.	
Para que medir	Melhorar o desempenho dos processos organizacionais na SJU.	
Quem mede	Secretaria Judiciária – SJU.	
Quando medir	Quadrimestralmente, até 2021.	
Onde medir	Processo Administrativo Digital (PAD), planilhas e/ou outros controles criados pela unidade.	
Como medir	Quantidade de processos com avaliação e gerenciamento de riscos.	
Situação inicial	Não mensurado.	
Meta	Avaliar e gerenciar os riscos em um processo da SJU por ano, até 2021.	

Ficha detalhada do indicador setorial



INDICADOR i6: Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU internamente e para as outras unidades do Tribunal, permitindo o compartilhamento de melhores práticas	
Objetivos Estratégicos: Assegurar a efetividade da comunicação interna e Assegurar a adoção de boas práticas de gestão. Objetivos de Contribuição: Melhorar a efetividade da comunicação da SJU (intra e interunidades) e Fomentar a adoção de boas práticas de gestão na SJU.	Perspectivas: PROCESSOS INTERNOS e APRENDIZADO E CRESCIMENTO
O que mede	
	Número de ações de conscientização para divulgar atividades, projetos e ações da SJU, com possibilidade de compartilhar melhores práticas.
Para que medir	Melhorar a efetividade da comunicação da SJU, intra e interunidades e fomentar a adoção de boas práticas de gestão.
Quem mede	Secretaria Judiciária – SJU.
Quando medir	Quadrimestralmente, até 2021.
Onde medir	Correio eletrônico, intranet, TV TRE-BA, ferramenta de webconferência e/ou planilha de controle criada pela unidade.
Como medir	Número de ações e iniciativas realizadas.
Situação inicial	Não mensurado.
Meta	Realizar 5 (cinco) ações anuais para melhorar a comunicação interna da SJU e com as demais unidades do TRE-BA, permitindo o compartilhamento de melhores práticas.